

A formação do movimento feminista brasileiro: considerações a partir de narrativas de mulheres que militaram contra a ditadura civil-militar

Resumo:

A partir dos anos 1960, grande parte do mundo ocidental viu emergir novas formas de manifestação relacionadas com pautas até então consideradas secundárias. No Brasil, contudo, vivíamos um momento conturbado politicamente, com a implantação, em 1964, de uma ditadura civil-militar que perdurou até 1985 e reprimiu violentamente toda e qualquer forma de resistência. Em meados da década de 1970, entretanto, iniciou-se a rearticulação de novos movimentos sociais, os quais, além da luta pelo retorno da democracia, inseriram novas discussões no cenário. O artigo se propõe a analisar, a partir de narrativas de militantes que atuaram em organizações clandestinas de combate a ditadura e posteriormente no movimento feminista, a maneira como este se organizou no país. Intentamos compreender a relação entre a participação em grupos revolucionários e a posterior militância feminista das narradoras. Para a análise dos relatos partimos de duas categorias analíticas principais: memória e gênero. A partir do que elenca a metodologia da História Oral temos acesso a memória das militantes, que é compreendida enquanto um processo de constante rearranjo em virtude das experiências vividas. Assim, o trabalho busca a compreensão da forma como o movimento feminista brasileiro de segunda onda se organizou, sobretudo a partir das vivências daquelas que lutaram contra o arbítrio ditatorial, partindo do pressuposto que tal experiência foi fundamental para a caracterização das suas especificidades.

Palavras-chave: Mulheres. Movimento Feminista Brasileiro. Gênero. Memória.

Para citar este artigo:

KREUZ, Débora Strieder. A formação do movimento feminista brasileiro: considerações a partir de narrativas de mulheres que militaram contra a ditadura civil-militar. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 316 - 340, abr/jun. 2018.

DOI: 10.5965/2175180310242018316

<http://dx.doi.org/10.5965/2175180310242018316>

Débora Strieder Kreuz

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra e Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas.
Professora de História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio Grandense.
Bagé - RS - BRASIL
debora_kreuz@yahoo.com.br

Formation of Brazilian feminist movement: reflections on narratives of women who militated against the civil-military dictatorship

Abstract:

Since the 1960s, a big part of the western world saw new forms of manifestation emerging, related to patterns considered insignificant before that moment. In Brazil, we were experiencing a politically troubled moment with the establishment of a civil-military dictatorship in 1964, that lasted until 1985 and violently suppressed all forms of resistance. In the mid-1970s, however, the articulation of new social movements began, which, in addition to the struggle for the return of democracy, introduced new discussions on the scene. This article proposes to analyze, from narratives of militants who acted in clandestine organizations combating the dictatorship and later in the feminist movement, how the movement was organized in the country. We have tried to understand the relationship between participation in revolutionary groups and the later feminist militancy of the narrators. In order to analyze the narratives, we divided them in two main analytical categories, memory and gender: starting from methodology of Oral History, we are studying the stories of the militant woman, that are found in a process of constant rearrangement because of the lived facts. Thus, the present work seeks to understand the way the second wave of feminist organized itself, especially from the experiences of those who fought against dictatorial arbitrariness, starting from the assumption that such experience was fundamental for the characterization of its specificities.

Keywords: Women. Brazilian Feminist Movement. Genre. Memory.

Considerações introdutórias

Entre 1964 e 1985, observado o contexto da Guerra Fria, uma ditadura civil-militar¹ instalou-se no Brasil. Nesse período, com diferentes intensidades, toda e qualquer forma de manifestação contrária ao sistema de força implantado era violentamente reprimida. Da mesma forma, Ditaduras de Segurança Nacional² instalaram-se pela maior parte da América Latina cerceando toda e qualquer forma de manifestação.

Ao mesmo tempo em que ditaduras se desenvolviam em grande parte do mundo ocidental se presenciava o surgimento de novas formas de manifestação. Dentre tantas o movimento feminista de segunda onda, que assim caracterizo:

Além das tradicionais reivindicações no tocante à esfera profissional e à igualdade civil, reagem contra modelos idealizados que prescrevem a maternidade compulsória e imposição de beleza e delicadeza como ideais para as mulheres. Nesses movimentos, tornam públicas questões, até então consideradas da intimidade, exigindo o controle do corpo, o direito ao prazer, o reconhecimento da maternidade como uma opção e, conseqüentemente, o direito ao aborto e à contracepção. Igualmente, reclamam medidas contra a violência aplicada às mulheres, lançando o lema de que o 'privado é político'. (SOIHET, 2013, p.14-15).

Tal caracterização pode ser sintetizada no lema do movimento “O privado é político”, de maneira que questões consideradas de foro íntimo passaram a ser objeto de discussão e reivindicação política. No momento da sua eclosão, sobretudo a partir da década de 1960, o movimento não teve grande repercussão no Brasil, em virtude, como já mencionado, do estado ditatorial aqui vigente. Somente em meados dos anos 1970, com a derrocada dos grupos armados que combateram o arbítrio, o movimento iniciou de maneira mais efetiva sua organização.

O presente artigo visa compreender como a participação de mulheres nos grupos de resistência à ditadura civil-militar influenciou a posterior militância no movimento feminista que inicialmente se articulava. Para a consecução da proposta apoiamo-nos

¹ Utilizo a categoria civil-militar a partir da perspectiva de Dreifuss, que considera a articulação realizada por setores civis e militares para a tomada do poder e a posterior permanência no governo.

² As quais praticavam sistematicamente o que Padrós denomina de Terrorismo de Estado, baseado na difusão do medo, perseguição àqueles considerados inimigos internos, estabelecimento de um amplo sistema de informação e repressão (2014).

especialmente em duas categorias analíticas: a memória e o gênero. O primeiro se relaciona com o tipo de fonte que utilizamos na pesquisa, ou seja, a lembrança das militantes. Faz-se importante frisar que a memória se articula no momento da fala, mesmo que se refira a fatos pretéritos. Como menciona Pollak:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. (POLLAK, 1992, p.203).

Da mesma forma, Candau nos fala que a memória se estrutura conforme a vivência do indivíduo, mas é influenciada pelo meio social no qual o mesmo está, de forma que a narrativa alcance um sentido, ao menos para o sujeito que a profere. Ele ainda menciona os três tempos estruturantes da narrativa a partir da memória – passado, presente e futuro:

As relações de si para si mesmo, o trabalho de si sobre si mesmo, a preocupação, a formação e expressão de si, supõem um trabalho da memória que se realiza em três direções diferentes: uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro. (CANDAU, 2012, p.60).

Já o gênero se constitui no principal meio teórico através do qual analisamos as narrativas. Partimos da compreensão que Joan Scott apresenta:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subpartes. Elas estão ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre as duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. [...] O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana. (SCOTT, 1995, p. 86).

Ou seja, as diferenças sociais que são percebidas entre os sexos nada mais seriam do que construções culturais, de forma que a partir dela se estabelecem relações de

poder³, de forma que não é possível analisar o feminino sem compreender o que seja o masculino e vice-versa.

Feitas as primeiras considerações teóricas sobre a pesquisa, devemos apresentar as militantes cujas narrativas são a fonte do trabalho. Ressaltamos que todas elas foram realizadas pela autora e seguiram o proposto pela metodologia da História Oral. São elas: Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha, que militou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), até ser presa em 1972 e que atualmente participa ativamente do movimento feminista, sendo uma das criadoras do projeto Promotoras Legais Populares; Nilce Azevedo Cardoso, militante da Ação Popular (AP) até a prisão também em 1972 e que atualmente trabalha com psicopedagogia; Derlei Catarina de Luca; também militante da AP até a saída para o exílio no Chile e depois em Cuba e agora militante em prol dos direitos à memória, verdade e justiça; Gilse Maria Westin Cosenza, da AP e clandestina até a anistia em 1979 e, na atualidade militante dos direitos humanos; Imaculada Conceição de Oliveira, participante da Corrente Revolucionária de Minas Gerais, CORRENTE, até ser trocada no sequestro do embaixador suíço em 1971 e ir para o Chile e Cuba, onde formou-se em medicina e atuou na Organização Internacional do Trabalho, sendo que atualmente se dedica a cuidados para com a família; e Leni Colares, também militante da AP até 1974, quando se desliga da organização e retoma os estudos de nível superior, de forma que hoje é professora universitária⁴. De maneira complementar serão utilizadas algumas narrativas presentes na obra *Memórias das mulheres no exílio*⁵, de forma a compreender como a experiência do exílio foi importante para a articulação do movimento feminista nacional.

O feminismo durante a militância

A militância contra a ditadura, seja ela baseada na total inserção do indivíduo no movimento ou apenas em determinadas ações, era alicerçada em preceitos teóricos e práticos acerca da compreensão sobre o processo revolucionário que se desencadearia.

³ Sabemos que o conceito de gênero tem sido constantemente atualizado. Contudo, para o presente trabalho julgamos que o que preconiza Joan Scott é suficiente para dar conta da proposta.

⁴ Para maiores informações sobre as organizações que combateram a ditadura, consultar GORENDER, 1987.

⁵ COSTA, Albertina de Oliveira; et.al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Nesse contexto foram poucos os grupos que se preocuparam em apontar demandas de cunho feminista como parte de seu programa político, considerado por muitos um desvio pequeno-burguês. Mesmo com tal posicionamento, acreditamos, com base nas entrevistas, que as mulheres militantes, para além do isolamento provocado pela clandestinidade, tiveram, mesmo que de maneira inicial, contato com as discussões feministas propostas entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970.

Além da participação política, indicativo da ruptura de lugares de gênero socialmente determinados, intentamos analisar como ocorreu a compreensão do que era discutido pelo movimento que reapareceu com força em diferentes locais do globo. Rachel Soihet (2014, p.124) assim o caracteriza:

[...] novas questões foram colocadas em suas pautas de reivindicações, distintas daquelas de feminismos anteriores, expressando o momento histórico em que estavam inseridas. Em consequência, destacam-se nas agendas feministas novas questões, como as mobilizações contra a demarcação rígida de papéis de gênero, que sobrecarregava as mulheres com a dupla jornada e os cuidados exclusivos com os filhos. As 'políticas do corpo' assumiram caráter significativo, manifestando-se as reivindicações em favor dos direitos de reprodução, buscando-se a plena assunção de seu corpo e de sua sexualidade (aborto, prazer, contracepção) e contra a violência sexual, não mais admitindo que essa fosse uma questão restrita ao privado, cabendo a sua extensão ao público. (SOIHET, 2014, p.124).

Assim, um dos objetivos do texto é analisar se as militantes perceberam, vivenciaram e se apropriaram, durante a militância, da ascensão das lutas feministas. Alejandra Oberti, ao analisar narrativas de militantes argentinas, análise que transportamos para o caso brasileiro é objetiva em tal aspecto:

[...] al construir la historia de la propia militancia cada una de ellas desarrolla reflexiones y exponen los sentimientos que las llevaron a experimentar la política como un eje central en sus vidas y a dejar en un segundo plano 'lo personal'. Pero, al mismo tiempo, el análisis que realizan se ve nutrido por elementos discordantes que vienen del presente. Construyen un yo narrativo donde conviven en tensión la reconstrucción del pasado y la organización de una memoria que desde el presente incorpora nuevos elementos. (OBERTI, 2010, p.16).

Assim, a partir da análise dos testemunhos, o que se percebe é a preponderância da narrativa em torno da política, embora as questões consideradas secundárias, baseadas em vivências no âmbito privado, ganhem destaque, sobretudo pela dinâmica da clandestinidade confundir os dois aspectos.

A fala de Leni resume, em linhas gerais, a análise feita pelas entrevistadas, de que não existia uma discussão sobre o tema em específico, de forma que determinadas pautas deveriam submeter-se a luta geral, que sem dúvidas era a de classe:

Ela [a discussão] se colocava não como movimento feminista, ela se colocava a questão da mulher. Então, como é que se colocava a questão da mulher assim para nós? O que eu lembro das discussões... Isso é uma coisa que gravei. Se colocava assim... primeiro, que ela estava submetida à luta política mais geral, ou seja, mulheres e negros só seriam libertos realmente no dia em que tivéssemos o socialismo, não haveria igualdade plena dentro de uma sociedade capitalista, onde ninguém tem igualdade plena. Então havia essa noção bem clara assim, isso eu me lembro. Era algo que era subordinado. Mas se discutia a questão da sexualidade, afetividade, casamento. (COLARES, 2014).

Gilse ressalta que, durante a sua militância no movimento estudantil universitário, percebia alguns problemas no tocante às relações de gênero e buscava compreendê-los e alterá-los, enfatizando que inclusive os companheiros de mobilização eram cobrados pelas funções designadas às militantes, entendidas enquanto machistas:

Bem, esse período aí, mesmo entre o pessoal que tava contra a ditadura, eram muito fortes as marcas machistas, muito fortes. O papel da mulher aí ainda era extremamente desvirtuado. E justamente nesse período, início de faculdade, e aquilo me revoltava muito, eu ia brigando, por causa disso. Brigava com a ditadura e brigava com as pessoas por causa do papel que eles designavam pras mulheres. Inclusive meus companheiros de luta contra a ditadura. (COSENZA, 2014).

Na sequência da sua fala, quando relata sobre a sua saída para a clandestinidade e o acirramento da repressão, o foco de atuação se relaciona com a sobrevivência em meio ao terror implantado. Assim, percebemos que a grande luta, e o argumento utilizado por grande parte da esquerda era esse, de que a prioridade se encontrava na luta de classes e a derrubada da ditadura, sendo que, após sua resolução, todos os outros conflitos seriam automaticamente resolvidos. Gilse continua:

Ali nós estávamos na turbulência, entende, a tal da ditadura e já entrando na clandestinidade, então, realmente, aí o nosso foco tinha de ser sobreviver e lutar na clandestinidade, entende? Ali, era na prática que tinha que se resolver as questões. Não tinha como você estar colocando a discussão da mulher nesse período. Nesse período era discutir como enfrentar a ditadura, como sobreviver, como levar a luta pra frente. E tinha que fazer isso na prática né. Nesse período, não. Eu voltei a tratar dessa questão já mais tarde, quando estava próximo da anistia. (COSENZA, 2014).

Ou seja, a preocupação maior, especialmente com acirramento da perseguição e a escalada da violência, era a sobrevivência. Gilse refere-se à prática, percebendo, no entanto, as alterações no tocante às questões de gênero enquanto puramente teóricas, do âmbito das discussões. Isso se revela contraditório em relação a fala anterior, na qual menciona a preocupação com a mudança do comportamento dos companheiros, embora as condições materiais dos dois momentos sejam distintas. Na sua compreensão, a sobrevivência era relacionada com ações imediatas, enquanto a mudança estrutural mais ampla, a processos mais longos, e, portanto, impossíveis de serem realizados naquele contexto.

Amelinha, em sua obra sobre o feminismo, também menciona essa preocupação com questões próximas, colocando-se como enganada pelos companheiros que a teriam feito crer que apenas o capitalismo era responsável por todas as mazelas que vivenciavam:

[...] a repressão não dava folga. Cada vez mais fazia seu cerco que ia se tornando mais intenso e eu acabava achando que estava sendo egoísta, mesquinha mesmo, de pensar em questões como o sexismo, machismo, entre outras. Eles me faziam acreditar que a revolução era prioridade número um. Depois vamos tratar das questões de super estrutura como as questões ideológicas e culturais. (TELES, 2010, p. 286).

A partir da sua narrativa temos que fazer algumas considerações. Enquanto militante histórica do movimento feminista, Amelinha busca relacionar toda a sua atuação como estando vinculada com tal pauta: é a memória rearticulando o passado para explicar o presente. Assim, na sua fala, os sentimentos se misturam, pois ao se preocupar com determinadas questões, considerava-se egoísta pelo fato de levantá-las sozinha, enquanto a violência aumentava cada vez mais. Novamente temos a compreensão de que

o tema ficaria no âmbito puramente teórico, enquanto a militância cotidiana seria o relevante de fato.

Demonstramos anteriormente que Gilse menciona sua preocupação com as demandas femininas ainda durante o movimento estudantil universitário. Com o acirramento da repressão e a perseguição implacável que se abateu, ela passou a deixar em segundo plano tais reivindicações, focando-se na luta pela sobrevivência. Para Amelinha, a sua preocupação com algumas questões específicas femininas foi encarada como egoísmo, pois os esforços deveriam se concentrar na efetivação do processo revolucionário, considerado a prioridade fundamental, pois, a partir da sua concretização, muitas demandas simplesmente desapareceriam, já que eram avaliadas enquanto consequência direta do modo de produção capitalista.

Ressaltamos novamente o papel da memória na configuração da narrativa, pois as experiências posteriores de Gilse e Amelinha, preocupando-se com problemáticas feministas, incorporaram alguns elementos nesse sentido, diferentemente de Derlei, por exemplo. Para ela: “Nunca teve nenhuma participação, não, nenhuma questão de discussão de gênero, de feminismo, nada disso. Isso é coisa de agora. Naquela época não se discutia nada disso.” (LUCA, 2013). Ou seja, as preocupações posteriores influenciam a forma como o passado é narrado, conforme a vinculação da militante com o tema.

Jorge Lozano (2006, p.16) nos ajuda a explicar os diferentes posicionamentos das narradoras: “[...] a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na *visão* e *versão* que dimanam do interior e do mais profundo da experiência histórica.”. Assim, a partir dos relatos acessamos determinada visão sobre o período, com a mediação da memória e das experiências posteriores.

Segundo alguns relatos a tomada de consciência feminista que ocorreu para parte das militantes no exílio fez com que o questionamento sobre a militância incorporasse elementos de gênero, rompendo assim com o ideal de igualdade que fora difundido em momentos anteriores. Embora não tenha passado pela experiência do exílio, Amelinha é enfática sobre a importância do ano de 1968 na sua trajetória:

Foi a gente se descobrir. Para mim foi... Eu em plena clandestinidade descobrir que eu tenho direito a ter desejo, a ser um ser desejante, a ser... eu tenho direito a exercer com liberdade a minha sexualidade. Eu aprendi tudo isso em 68. Porque isso eu não aprendi antes... falava ali e tal... mas ali em 68... E isto é político. Porque ficava muito no campo individual... problema é seu. Você tem o seu desejo... problema é seu. Você tem, você sente, você quer manifestar a sua sexualidade... o problema é seu. Não é... é um problema social, é um problema político, sabe? O pessoal é político a gente vai aprender lá em 68. (TELES, 2012).

Amelinha é uma das referências históricas do feminismo no Brasil. Ao narrar sua trajetória busca constantemente elementos que corroborem sua atuação, atribuindo um sentido, portanto, ao caminho que percorreu. Sua narrativa sobre o passado é o que forma sua identidade feminista presente, dando coerência ao todo vivenciado. Na definição de identidade proposta por Pollak:

[...] imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p.204).

Tal assertiva pode caracterizar, de alguma forma a narrativa de todas as militantes, mas exemplifica de maneira exemplar a maneira como Amelinha conduz o relato de sua história enquanto feminista. Na sequência da sua fala, ela caracteriza o ano de 1975 enquanto marco para a militância no movimento feminista, embora enfrentasse percalços por parte do seu partido:

Mais particularmente em 75 né, que é o Ano Internacional da Mulher né. Aí que a gente se mobiliza em torno da questão da mulher, como era chamado naquela época. E os partidos vão dizer que essa luta é divisionista, é pequeno-burguesa, que isso é uma luta contra os trabalhadores né, que homens e mulheres são iguais. Não tem motivo, não tem motivo para essa discussão. E quando a gente levantava as questões da sexualidade, as questões do aborto, do direito ao aborto, as questões da violência, as questões do trabalho doméstico, eram as questões que a gente levantava porque a gente vivia aquilo né, aí o partido colocava que isso ia ser resolvido depois da revolução. Tinha que ter a revolução primeiro, entendeu? (TELES, 2012).

As questões consideradas pequeno-burguesas, sobretudo que se relacionavam com demandas específicas de determinados grupos, não eram consideradas pela maioria das organizações resistentes à ditadura. A revolução socialista era prioridade absoluta. Mesmo assim, as reivindicações eram colocadas em pauta, pois algumas integrantes as consideravam de importância. Nos próprios relatos das militantes percebemos tal diferenciação. Portelli (1997, p.15) afirma que ao priorizarmos os relatos enquanto fonte de pesquisa conseguimos perceber o quanto os processos históricos, no caso específico o feminismo de Segunda Onda, influenciou as vivências individuais, na pesquisa proposta, as mulheres militantes. Em alguns casos há o abandono dos partidos tradicionais, por estes não considerarem a pauta relevante, em outros, o elemento feminista vai, aos poucos, incorporando-se.

No entanto, mesmo com tais percalços e impedimentos, sua participação e ações implementadas significaram o rompimento de barreiras até então consideradas quase intransponíveis. Wolff resume a mudança que ocorria:

O fato é que mesmo com as ditaduras e com a filosofia da esquerda daquela época, colocando a luta de classes à frente e acima de qualquer outra luta ou transformação social, a revolução das mulheres já estava se fazendo, pela própria incorporação destas aos movimentos e organizações que lutavam contra as ditaduras. (WOLFF, 2007, p.152).

Dessa maneira, mesmo que as percepções sobre o movimento feminista variassem de acordo com o interesse da militante, podendo considerá-lo irrelevante ou fundamental, a incorporação das mulheres à luta política foi essencial para os embates que se desencadearam posteriormente.

A organização do movimento feminista brasileiro

O movimento feminista não surgiu no Brasil somente na década de 1960. Já no século XIX Nísia Floresta “[...] encontra saberes para denunciar a negação de acesso das mulheres à educação e para repudiar a escravidão.” (SOIHET, 2013, p.13). No início do século XX, Bertha Lutz foi uma das principais expoentes das reivindicações classificadas

como fazendo parte do já citado feminismo de Primeira Onda, levantando as bandeiras do direito ao voto, ao trabalho e à educação, seguindo também o que era reivindicado internacionalmente. A partir da década de 1930 o movimento sofreu um refluxo, embora os grupos organizados de mulheres continuassem a fazer manifestações esporádicas (PINTO, 2003).

Em meados da década de 1960 o movimento feminista, sobretudo no mundo ocidental, reorganizou-se em torno de novas demandas, relacionadas, na sua maioria, aos direitos ao corpo e à livre expressão da sexualidade. No Brasil, os reflexos desse momento foram os mais diversos, com atuações individuais ainda nos anos 1960 ou de maneira organizada, a partir de meados da década de 1970. Enquanto movimento social vinculado à pautas específicas, suas primeiras ações datam do ano de 1975 (Ano Internacional da Mulher) e da década 1975-1985 (a Década da Mulher).

Mesmo que alguns marcos temporais fossem estabelecidos pela ONU, não podemos negligenciar todo o trabalho teórico e de divulgação desenvolvido por mulheres desde meados da década de 1960, as quais, através de publicações e debates, já realizavam, de maneira quase solitária, a difusão das discussões propostas pelo movimento internacionalmente, adaptando-as à realidade nacional. Méndez (2008) analisa a trajetória de vida de três intelectuais feministas, (Carmen da Silva, Rose Marie Muraro e Heleieth Saffioti), e dimensiona as discussões e a difusão de ideias na época. Para a autora, não podemos fixar temporalmente a consolidação do movimento em território nacional no ano de 1975, pois tais intelectuais já desenvolviam reflexões ainda na década de 1960 e não estavam ligadas a nenhum outro grupo social:

[...] uma das singularidades do pensamento feminista no Brasil é que este se constituiu como uma contra-corrente intelectual e social, já que nas suas primeiras manifestações, caminhava de forma autônoma em relação a qualquer movimento social que lhe fornecesse uma base de apoio, pelo menos em solo brasileiro. (MENDEZ, 2008, p. 18-19).

Rachel Soihet (2013) também destaca a produção das três autoras, situando-as enquanto referências para a compreensão da dinâmica feminista nacional, sobretudo a

partir das suas publicações, as quais, como no caso da de Carmen da Silva, tinham um amplo alcance.

A maioria destes trabalhos situa o surgimento do movimento feminista de maneira organizada no Brasil em 1975. Tal constatação, contudo, deve ser encarada com cautela, tendo em vista que se baseia em uma disputa de memória entre distintos grupos. Joana Pedro (2006) analisa esses momentos, encarando-os enquanto conflitos sobre as narrativas fundadoras do feminismo no Brasil. Podemos elencar, de acordo com sua interpretação duas narrativas que buscaram se legitimar enquanto as precursoras das discussões no país.

A primeira delas pode ser representada na figura da advogada Rommy Medeiros, que embora não fosse do campo da esquerda e se relacionasse com setores do governo ditatorial, empreendeu lutas pela melhoria da condição das mulheres. Ainda no ano de 1972, Medeiros organizou um congresso para discutir algumas reivindicações, não obstante ter sido chamada reiteradamente ao DOPS/SP para prestar esclarecimentos sobre a natureza do evento que organizava.

Em 1975, outro congresso, realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e organizado por mulheres, na sua maioria vinculadas ao campo da esquerda, viria a se tornar o marco desse novo momento que se visualizava de maneira nítida no país. Pedro (2006) explica o porquê de tal narrativa ser preponderante sobre as demais:

Lutar no Brasil pela 'liberação das mulheres', no campo da esquerda e em plena ditadura militar, não permitia que o feminismo brasileiro fosse semelhante ao projeto que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham os livros, as ideias, as propostas. Certamente foi esse cenário o principal responsável pela data 'fundadora' de 1975. Aquelas que, anteriormente, estavam discutindo e formando uma nova feminilidade, não reconheceram como feministas as atuações de vários dos grupos que assim se denominavam, tornando a própria denominação 'feminista' alvo de intensas disputas. A luta contra a ditadura e a busca por 'conscientização' das camadas populares tornaram o movimento feminista e de mulheres uma maneira menos arriscada de realizar esse projeto. (PEDRO, 2006, p.269).

A partir de tal consideração, com o auxílio dos relatos, podemos compreender a dinâmica do ressurgimento do movimento feminista no Brasil, que embora na narrativa predominante possua uma matriz de esquerda, não ocorreu sem conflitos, sobretudo entre as militantes que se exilaram e aquelas que ficaram no país. Maria Rosa Dória Ribeiro analisa tais embates enquanto propulsores das reflexões:

Já antes do retorno das exiladas o incipiente movimento feminista se ressentiu da defasagem criada por tal dicotomia. Entretanto também se pode afirmar que se beneficiou dela pelo diálogo travado entre ambas as vertentes. Embora no mesmo campo político, as exiladas assimilaram as idéias feministas mais rapidamente. Este foi um dos conflitos que fez avançar o movimento feminista no Brasil, e que o caracterizou. (RIBEIRO, 2010).

A citação se refere a outro elemento da configuração do feminismo no Brasil e que devemos problematizar. Mesmo entre as militantes do campo da esquerda, outra dicotomia se criou, sobretudo no momento do retorno das exiladas. Nessa perspectiva, podemos compreender as divergências existentes enquanto formadoras das especificidades do movimento no país, pois, nas palavras de Yasmine Ergas (1995, p.287-8): “[...] no mundo contemporâneo o feminismo adquiriu significados diferentes para contextos diferentes.” No caso brasileiro, o contexto era de combate a um sistema de governo ditatorial e de disputas internas entre as componentes do próprio movimento. Céli Pinto afirma:

O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês. (PINTO, 2003, p.45).

Além da tensão derivada da vigilância dos órgãos da repressão, da não aceitação das reivindicações por parte dos próprios companheiros de militância, os quais consideravam o movimento ilegítimo por separar as lutas, existiram ainda divergências dentro do próprio grupo. Cyntia Sarti (2004, p. 41) elenca duas correntes principais dentro do insipiente movimento, derivadas das divergências entre as militantes. A primeira

priorizava as reivindicações relacionadas com questões de trabalho, acesso à saúde, bem como às instâncias decisórias e a segunda com temas vinculados à subjetividade, às relações interpessoais, de maneira que sua atuação se relacionou aos grupos de reflexão.

Assim, para compreendermos a dinâmica da organização desses grupos, precisamos inicialmente mencionar que essa forma de organização, baseada sobretudo em leituras e compartilhamento de relatos de experiências, é fruto das vivências do exílio. Contudo, para além de tais grupos, já em 1972 algumas reuniões de âmbito privado também aconteceram no país, influenciadas, na sua maioria, por ideias de organização vindas dos Estados Unidos e da Europa. De acordo com Pinto é impossível quantificar o número real de organizações assim, “Se seus grupos não cresceram ou não tiveram visibilidade, ainda assim essas mulheres e seus temas preferenciais foram fundamentais a partir de 1975 no país.” (PINTO, 2003, p. 52).

Entre as militantes exiladas, vários grupos de reflexão foram formados. Pedro e Wolff explicam que:

As mulheres brasileiras que se exilaram em diferentes países formaram grupos de mulheres e feministas nestes lugares. Foi desta maneira que surgiu: (i) em Santiago do Chile, um grupo de mulheres coordenado por Zuleika Alambert; (ii) em Paris, França, surgiu o grupo de mulheres latino-americanas coordenado por Yolanda Cerquinha da Silva Prado, conhecida como Danda Prado. Este grupo publicou um periódico chamado “Nosotras”; (iii) em Paris, também, foi formado um grupo de mulheres brasileiras coordenado por Zuleika Alambert; (iv) ainda em Paris, criou-se o “Círculo de Mulheres de Paris”, que publicou uma revista chamada “Agora é que são elas”; (v) em Lisboa, Portugal, criou-se também um grupo de reflexão formado por brasileiras exiladas. Este grupo se reunia no apartamento de Marli Moreira Alves. (PEDRO; WOLFF, 2011, p.402).

A organização e existência de tais grupos em diferentes locais e perdurando muitas vezes durante alguns anos nos fornece a dimensão do quão necessário foi para as mulheres, seja no Brasil ou no exterior, compartilhar e refletir acerca das experiências acumuladas. No exílio, havia a preponderância numérica de mulheres que haviam participado de organizações de combate à ditadura e que almejavam a compreensão das suas vivências, muito embora companheiras de exilados também iniciaram uma tomada de consciência, questionando o porquê das suas vidas estarem atreladas de maneira tão

profunda. Maricota da Silva ao acompanhar o marido no exílio e ter contato com um dos grupos de reflexão em Paris, afirmava:

Eu acho que nós mulheres deveríamos exigir que houvesse na nossa legislação uma nova figura jurídica: 'a mulher do marido', quer dizer, a mulher que casa com homem de esquerda, ela é de esquerda e pagará por todos os atos desse homem. Na prática é o que está acontecendo. (SILVA. In: COSTA *et.al.*, 1980, p.35).

Para Maricota, o fato de ser casada com um homem de esquerda, fazia com que ela conseqüentemente também fosse responsabilizada pelos atos do marido. Sua vida seria dependente da dele, de forma que desempenharia um papel socialmente determinado, o de esposa. Na seqüência, ela expande sua afirmação para àquelas casadas com homens de direita:

Tenho a impressão de que na esquerda há também um fenômeno que me parece que não é nem de esquerda nem de direita, é um fenômeno social muito mais complexo; é que a mulher é uma sombra, nem vou chamar do marido, no momento, é uma sombra do companheiro. (SILVA. In: COSTA *et.al.*, 1980, p.41).

A partir da análise do seu relato podemos compreender que o exílio e o contato com a reflexão proposta pelo grupo feminista fez com que a depoente, que nunca havia militado politicamente, tomasse consciência da sua opressão. Com tamanha mudança comportamental e de posturas, não tardou para que a reação dos próprios companheiros se iniciasse:

Na verdade, a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais. (PINTO, 2003, p.53).

Um exemplo de reação enfrentada pelo Grupo Latino Americano de Mulheres, cuja organização era capitaneada por Danda Prado⁶, foi a ameaça da Frente de Brasileiros

⁶ Yolanda Cerquinha da Silva Prado, mais conhecido como Danda Prado, era filha de Caio Prado Junior e militou contra a ditadura civil militar pelo PCB. Com a prisão do pai exilou-se em Paris, onde se divorciou e, ao ter contato com o movimento feminista francês, criou o grupo de reflexão conhecido como Grupo

no Exílio no que se refere ao cancelamento dos auxílios daquelas famílias cujas mulheres participassem das reuniões promovidas. Embora não tenha se concretizado na prática, percebemos neste episódio o potencial subversivo visto no movimento, o qual passou a politizar as relações privadas, colocando as mulheres como sujeitos ativos dentro de tal processo (PINTO, 2003, p.53).

Além das críticas vindas dos próprios companheiros, as questões relativas ao feminismo também eram objeto de censura por parte do governo ditatorial, o qual se proclamava defensor da moral do país. Como demonstram Amelinha Teles e Rosalina Leite (2013, p.42):

Em janeiro de 1967, a revista *Realidade*, de caráter nacional, da Editora Abril, pertencente à grande imprensa, teve sua edição de número 10 apreendida por ter sido totalmente censurada. Tratava-se de um número dedicado à mulher brasileira. A manchete era ‘A mulher brasileira hoje’. Ao lado dessa manchete, havia os seguintes destaques: ‘Pesquisa: o que elas pensam e querem’; ‘Confissões de uma moça livre’; ‘Ciência: o corpo feminino’; ‘Eu me orgulho de ser mãe solteira’; ‘Por que a mulher é superior’; ‘Assista um parto até o fim’. A edição era fruto de uma pesquisa realizada com 1.200 entrevistas sobre a mulher brasileira. Levantaram diversas situações vividas pelas mulheres e Carmen Silva, psicóloga e jornalista da equipe, fazia críticas ao tratamento dado às seções de ‘Conselho Sentimental’ das revistas femininas. (TELES; LEITE, 2013, p.42).

Assim, as tentativas de frear a expansão do movimento eram provenientes de várias frentes, consideradas conservadoras ou até mesmo progressistas. A percepção de que, mesmo estando em organizações de luta revolucionária, as mulheres sofriam a violência patriarcal fez com que algumas certezas fossem desconstruídas. Assim:

[...] não foi algo fácil para mulheres formadas em uma perspectiva marxista tradicional reconhecer a significação da especificidade feminina. Tal mudança envolveu muitas contradições, muita luta que lhes permitisse a percepção da ironia de sua situação, nelas se manifestando a ‘síndrome do colonizado’, qual seja o paradoxo destacado pelos vietnamitas e argelinos: ‘é com o país, ou com o sexo colonizador, que aprendemos os valores que ele não nos aplica, e que retornamos então contra ele’, compreendendo-se daí a apropriação da palavra ‘libertação’,

de Mulheres Latino-Americanas. In: ROSA, 2013.

associada às lutas contra o colonialismo por correntes feministas, tornando-se metáfora instrumental para a confecção de um sentimento de solidariedade de gênero. (SOIHET, 2013, p.212-213).

Para Soihet, a tomada de consciência feminista representou o desencanto com muitos dos ideais propostos pela esquerda revolucionária que tantas mudanças propunha nos anos 1960. O conhecimento do feminismo e das suas proposições, para além dos estereótipos a que o mesmo se vinculava, fez com que ocorresse um encontro, em alternativa à militância tradicional até então preconizada. Sobre esse fato e seus reflexos posteriores, Amelinha, no depoimento a pesquisa deu especial atenção ao vivenciado na prisão:

Na prisão, a gente começou a discutir com algumas mulheres, poucas mulheres. [...] As mulheres eram muito mais sensíveis às questões do cotidiano, né. Na cadeia [...] as militantes que ficaram comigo, acho que quem era feminista mesmo, foi a Léo, essa que hoje é ministra das mulheres [Eleonora Menicucci]. Nós ficamos juntas na cadeia. Acho que nós duas que éramos mais feministas. As outras não eram. Mas elas ajudaram muito a gente a pensar o feminismo, a pensar a condição das mulheres, de discriminação, de submissão. Nenhuma delas chegou a ser dirigente, de nenhuma das organizações. (TELES, 2012).

Na sua narrativa é dada especial atenção ao trabalho de formação com outras presas políticas. Mesmo que, além dela e Leo, as outras presas não se enquadrassem no seu conceito de feministas, o contato naquele momento foi importante para que algumas questões fossem pensadas de maneira coletiva e organizada, justificando novamente o preconceito existente nas organizações, ao afirmar que *nenhuma delas chegou a ser dirigente*. Novamente Amelinha se coloca enquanto feminista e aqui, com especial destaque, como formadora de novos quadros para o movimento que se iniciava.

Ao sair da prisão, sua atuação voltou-se para questões feministas e a divulgação das ideias. Nesse momento, devemos destacar a importância dos periódicos feministas que começaram a circular, no Brasil e entre as exiladas. Amelinha e Rosalina fazem referência, ressaltando, sobretudo, a importância dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, os quais embora possuindo discordâncias, foram de suma importância para a consolidação do feminismo no país:

A formação do movimento feminista brasileiro: considerações a partir de narrativas de mulheres que militaram contra a ditadura civil-militar

Débora Strieder Kreuz

Eram jornais voltados para uma consciência crítica das mulheres diante de sua situação histórica, e para motivá-las a se inserir no contexto da luta política de resistência à ditadura militar sem deixar suas questões específicas. Mas, principalmente, fazê-las entender que a revolução social tem que dar conta das necessidades das mulheres. (TELES; LEITE, 2013, p.65).

Também em Paris, entre 1974 e 1976, foi publicado o periódico *Nosotras*, vinculado ao grupo de Danda Prado. O mesmo também é considerado importante, pois as militantes refletiam, para além da situação nacional, o que se discutia entre as feministas fora do país, sobretudo francesas e aquelas lá exiladas. *Nosotras* entrava clandestinamente no país e, segundo Maria Lygia Quartim de Moraes (2012, p.115): “Foi em contato com o feminismo francês que as brasileiras encontraram o contexto ideal para elaborarem seu próprio feminismo.”.

Os periódicos *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* são considerados muito importantes para entendermos o início do movimento feminista no Brasil. Contudo, o que os mesmos compreendiam a partir do termo *feminismo*, bem como a maneira de atuação no espaço público era motivo de conflitos.

Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz analisam as especificidades de cada jornal na obra *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)* e tecem comentários sobre a construção dos mesmos. Devemos fazer a ressalva que, ambas autoras foram militantes de grupos de resistência à ditadura e se vincularam ao jornal *Brasil Mulher*. Inicialmente percebemos que as autoras, já no título da obra, atrelam a organização do movimento ao ano de 1975, ou seja, como mencionado por Joana Pedro o seu marco é aquele que os grupos de esquerda estabeleceram.

A narrativa sobre o feminismo enfatiza o movimento contra a carestia como marco daquele momento: “As mulheres da periferia se organizaram no movimento contra a carestia, que ficou conhecido como Movimento do Custo de Vida. Foi o primeiro movimento popular e de massas que ousou ir às ruas, depois da decretação do AI-5.” (TELES; LEITE; 2013, p. 51). Percebemos a importância oferecida pelas autoras às

demandas relativas ao trabalho e à busca por melhores condições de vida, o que as leva a considerar a organização enquanto momento fundante do feminismo no país.

A divergência entre os grupos mencionados se refere à maneira como se compreendeu e se tentou discutir o feminismo no Brasil. Para um dos grupos, vinculado ao *Brasil Mulher*, entre as questões consideradas essenciais estavam a luta por moradia, por creche, por equidade salarial, dentre outras. Já a discussão vinculada à subjetividade, aos direitos sexuais e ao aborto eram consideradas de maior importância pelo *Nós Mulheres*. Eis a causa de embates entre suas participantes. Amelinha e Rosalina Leite justificam a dificuldade de discussão de temas consideradas tabus, considerando tal perspectiva enquanto decorrente do contexto político e da pouca abertura da época:

As questões relativas à sexualidade, e em especial à sexualidade feminina, eram, naquela conjuntura, ainda pouco conhecidas. Eram escassos os estudos sobre cotidiano, poder e violência doméstica, nem mesmo a categoria gênero era conhecida pelas feministas brasileiras. Portanto, seria apressado afirmar, com o olhar crítico de hoje, que as feministas não enfrentaram as questões ligadas à sexualidade e ao poder. Para que isso fosse possível, com a clareza necessária que exigem tais temáticas, era necessário o acúmulo teórico e o avanço político que nos permitem ter um novo olhar hoje.

Além do mais, as feministas naquela época enfrentavam conflitos com a própria esquerda, com a Igreja e com outros setores da sociedade civil, em decorrência do preconceito em relação a tornar público o debate de questões como sexualidade, prazer e aborto. Portanto, a forma como as feministas introduziram a questão da politização das relações privadas e a política do corpo, está nos marcos possíveis desse momento histórico da vida política brasileira, num ambiente de relações conflituosas e tensas entre homens e mulheres, entre os militantes da oposição, no que diz respeito às muitas transformações no campo do comportamento humano, influenciadas pela revolução cultural da época. (TELES; LEITE, 2013, p. 207-208).

Apesar das disputas, devemos compreender as distintas maneiras de organização e a escolha dos temas discutidos como parte do processo histórico que o Brasil vivia na época, cujo espaço para a discussão sobre o tema *mulheres* se iniciava. Amelinha e Rosalina assim definem o feminismo daquele momento:

[...] o feminismo que se desenvolve nos anos de 1970 vem comprometido com as organizações políticas de esquerda que enfrentaram a ditadura militar. É um feminismo que se constrói dentro de um processo histórico no qual emergem necessidades gerais da sociedade. Não é um feminismo isolado, à margem de uma trajetória histórica e política. Pretende integrar-se a uma luta geral, intimamente vinculado às mais diversas manifestações e expressões sociais. O feminismo assim compreendido é uma ciência e uma prática que nascem das experiências individuais das mulheres, quando reelaboradas num contexto coletivo de mulheres, é um feminismo composto de ações coletivas que dialogam com amplos setores da sociedade. (TELES; LEITE, 2013, p.73).

Para Céli Pinto, (2003, p. 62) a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ocorrida em 1975 foi o momento de inauguração dos estudos sobre a condição da mulher no Brasil. Acreditamos que tal momento foi deveras importante, contudo, estudos sobre a mulher já existiam. Citamos, a título de exemplificação, a tese de Heleieth Saffioti defendida em 1967 e publicada em 1976, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*.

Mesmo não organizada enquanto movimento social, a discussão sobre a questão das mulheres, ainda que não nomeada como movimento feminista, estava presente na sociedade. Pedro e Wolff falam de três momentos relevantes para a compreensão de seu desenrolar no país:

1) anterior a 1975, composto por mulheres intelectualizadas, que trouxeram do exterior livros, artigos e ideias do feminismo que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos; 2) a partir de 1975, com a instituição pela ONU do Ano Internacional da Mulher, um feminismo controlado pelos grupos de esquerda que lutavam pelo fim da ditadura e pela anistia; 3) a partir do final da década de 1970, com o retorno das exiladas e o estabelecimento de diálogos mais fortes entre os feminismos no Brasil e o movimento internacional. (PEDRO; WOLFF, 2007, p.59).

As demandas feministas foram apropriadas por militantes em momentos diferentes: no primeiro deles com manifestações na sua maioria individuais ou a partir dos grupos privados de reflexão; depois de maneira mais organizada em torno de demandas gerais, (mesmo com as disputas existentes entre aquelas que reivindicavam as lutas mais amplas e aquelas que valorizavam sobretudo aspectos encarados como secundários); no

terceiro momento, já com o processo de abertura política iniciado, as demandas foram todas articuladas, de maneira que as pautas antes consideradas de menor importância ganharam mais espaço.

Nesse contexto de aumento das lutas, é importante mencionarmos a criação do Movimento Feminino pela Anistia, cuja principal expoente foi Therezinha Zerbini. Mesmo criado em 1975, ano emblemático para as mulheres, o mesmo não se considerava feminista, mas sim um aglutinador de forças que passaram a lutar pela bandeira da anistia no país. Algumas vezes se utilizava dos próprios estereótipos destinados às mulheres, como pacíficas e capazes de perdoar, para legitimar suas bandeiras. Mesmo com tais ressalvas, Amelinha e Rosalina Leite encaram o movimento enquanto um dos propulsores da retomada das lutas sociais no país, enfatizando sua atuação conjunto com os movimentos feministas:

As articulações entre movimentos femininos e feministas tiveram importante papel na reconstrução democrática do país, sendo a sua contribuição mais importante a denúncia da exploração/subordinação das mulheres em suas múltiplas faces, entre as mulheres da classe trabalhadora dando ao feminismo brasileiro a qualidade de ter sido construído no campo da esquerda, com traços marxistas, comprometido com libertação das mulheres e da classe trabalhadora. (TELES; LEITE, 2013, p.280-281).

Ou seja, a reconstrução do feminismo no país ocorreu em meio a diversos embates políticos e em relação aos principais pontos de luta. Aspecto que ainda se faz presente e que mantém a diversidade de reivindicações apropriadas por distintos grupos.

Considerações finais

O movimento feminista é constantemente reatualizado. Novas demandas estão sendo colocadas e percebemos que a estrutura machista na qual vivemos se utiliza de estratégias cada vez melhor articuladas que fazem com que as desigualdades se perpetuem. Nesse sentido é importante falar em feminismos, pois os grupos são distintos e com variadas pautas.

Dessa forma, intentamos compreender a maneira como se organizou o movimento feminista nacional, especialmente nos primeiros anos da década de 1970. Em virtude dos vários tensionamentos entre as correntes que o compunham (aquelas preocupadas com lutas consideradas mais gerais e as que consideravam de maior relevância os temas ligados à subjetividade) o movimento feminista brasileiro se formou com características peculiares, sobretudo no ponto convergente entre as militantes: a luta contra o regime ditatorial e pelo retorno à democracia.

A memória das militantes, compreendida sobretudo a partir do que elencam Candau (2012), Pollak (1989;1992) e Portelli (1997;2006), apresenta em vários momentos, mesmo que involuntariamente, componentes de gênero (SCOTT, 1995). Assim, a resposta para que a questão central proposta no início do trabalho, a partir das fontes analisadas é a de que a compreensão sobre o movimento feminista e suas demandas propostas em meados dos anos 1960 e 1970 foi variável, conforme a intensidade da posterior militância feminista das mulheres. Assim, percebemos uma intrínseca relação entre os rearranjos memoriais sobre o feminismo e suas demandas e a posterior militância/ou pesquisas a ele relacionadas.

Assim, mesmo com os conflitos que fizeram parte de todo o processo de organização do movimento no país, a militância em grupos de resistência à ditadura civil-militar fez com que as mulheres deles participantes percebessem que a concepção predominante entre a esquerda da época, de que a revolução socialista e a derrubada da ditadura seriam a solução automática para todos os problemas considerados específicos, não era válida. A experiência do exílio foi muito importante para que as militantes entrassem em contato com o que se discutia em outros países e avaliassem a sua experiência política no Brasil. Da mesma forma, aquelas que aqui ficaram, ao contatar tais ideias, compreenderam-nas a partir do contexto interno, por isso as divergências.

Ainda é importante ressaltar que, mesmo aquelas que não militam no movimento e/ou se consideram feministas, atribuem uma importância ao que é reivindicado.

A formação do movimento feminista brasileiro: considerações a partir de narrativas de mulheres que militaram contra a ditadura civil-militar

Débora Strieder Kreuz

Referências

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente: o século XX**. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p.583-611.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 8ªed, p. 15-25.

MÉNDEZ, Natália Pietra. **Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960**. 2008. 301f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, nº52, vol.26, dez 2006.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História Unisinos**. São Leopoldo, vol.15 (3); p. 398-405, set-dez/2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan/jun.2007

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, nº10, 1992, p.200-212.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, n.15, p.13-49, abril/1997, p.13-49.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. **A construção das identidades feministas nos anos 1970**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis: 2010. Anais eletrônicos.

A formação do movimento feminista brasileiro: considerações a partir de narrativas de mulheres que militaram contra a ditadura civil-militar

Débora Strieder Kreuz

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

SARTI, Cyntia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: vol. 12, p.35-50, maio-agosto/2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº2, p.71-99, jul/dez.1995.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

Recebido em 11/05/2017
Aprovado em 26/09/2017

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Revista Tempo e Argumento
Volume 10 - Número 24 - Ano 2018
tempoeargumento@gmail.com